

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

MARIA FERNANDA ALVES MARTINS

Do lar ao espaço da cidade: aproximações e significados das trabalhadoras domésticas no Brasil

From home to the city space: approximations and meanings of female domestic workers in Brazil

São Paulo
2019

MARIA FERNANDA ALVES MARTINS

Do lar ao espaço da cidade: aproximações e significados das trabalhadoras domésticas no Brasil

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M2981 Martins, Maria Fernanda Alves
Do lar ao espaço da cidade: aproximações e
significados das trabalhadoras domésticas no Brasil
/ Maria Fernanda Alves Martins ; orientador César
Ricardo Simoni-Santos. - São Paulo, 2019.
33 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Trabalho doméstico. 2. Sociabilidade. 3.
Gênero. 4. Classe. 5. Raça. I. Simoni-Santos, César
Ricardo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha filha Teresa, cujo o fascínio diante da descoberta do mundo reacende a esperança e dá força para enfrentar os tempos difíceis.

Ao Gustavo Cruz, que mudou minha escala de referência e ação, me dando uma vida intensa com ele na megalópole SP- RJ.

Aos meus amorosos pais, Jandyra Uehara e Rubens Martins, que vivem a vida organizados e engajados na luta por um mundo mais justo.

Ao Professor César Ricardo Simoni Santos, pelos diálogos e pela generosidade durante meu duradouro processo.

Ao Mestre Pinguim e ao Núcleo de Artes Afrobrasileiras da USP, pelo espaço de resistência que, além de tanto, permitiu-me ressignificar através do corpo o que é origem, pertencimento e identidade.

À Lena Imperio Hamburger, por ser ter sido companheira fundamental na conclusão deste trabalho, pelo acolhimento inspirador e pela amizade.

As parcerias que a Geografia me trouxe, em especial a Laís Pipe e Virna Santos, pelos nossos desbravares das cidades e pela camaradagem guerreira.

Aos meus amigos e amigas, parceiros de vida queridos que me ajudam a imergir na complexidade do que é (o) ser humano.

RESUMO

MARTINS, Maria Fernanda Alves. **Do lar aos espaços da cidade**: aproximações e significados das trabalhadoras domésticas no Brasil. 2018. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Este trabalho aborda como a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá de forma diferenciada, dependendo de suas condições de classe e raça. A partir disso, busca quais os desdobramentos da precarização do trabalho nas práticas de divisão e/ou delegação do trabalho doméstico. Por fim, reflete sobre qual o significado e potência do espaço público na vida das trabalhadoras do espaço privado, as trabalhadoras domésticas assalariadas, através da prática das babás que levam crianças nas praças das grandes cidades.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Sociabilidade. Gênero. Classe. Raça.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	7
2 INTRODUÇÃO.....	8
3 A MULHER NA PERSPECTIVA DE CLASSE.....	10
3.1 A (RE)INSERÇÃO PERIFÉRICA DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA.....	10
3.2 A DELEGAÇÃO DO TRABALHO REPRODUTIVO.....	15
3.3 OS LIMITES DA LEGALIDADE JURÍDICA E A PEC DAS DOMÉSTICAS.....	19
4 O TRABALHO DOMESTICO VAI ÀS RUAS.....	22
4.1 SOB O OLHAR DO OUTRO: A VIDA NO ESPAÇO PÚBLICO.....	22
4.2 A SOCIABILIDADE NA PRAÇA.....	24
4.3 O FEMININO COMO POSSÍVEL.....	28
5 CONSIDERAÇÕES PARA O DESFECHO.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

A ciência que não se descola da experiência é uma perspectiva do que acredito ser a beleza da Geografia e o que a torna imprescindível para qualquer reflexão social. Este trabalho não esconde essa característica. O objetivo aqui sempre foi refletir sobre os contatos dos corpos da cidade – do corpo castrado por fatores históricos, da modernidade, e do corpo que insiste em ser revelador de utopias e potencialidades. Objetivei pensar em como os discursos de poder se efetivam sobre a castração dos corpos em uma reflexão sobre a condição do corpo da mulher no espaço público.

Foi na necessidade de entrega deste Trabalho de Graduação Individual que nasceu minha primeira filha. Não demorou muito, passei a experienciar os espaços da cidade mediada pelas necessidades de sociabilidade de outro ser. As idas às praças mais adequadas ao público infantil na cidade foram o disparador para o conteúdo deste trabalho.

Nas praças, encontrei um contingente de mulheres trabalhadoras no exercício cotidiano das atividades de reprodução social de famílias que não eram às delas. São trabalhadoras domésticas de diferentes perfis que têm no espaço / tempo da praça um lugar de encontro, de troca, de partilha do trabalho de cuidado com as crianças. As implicações e desdobramentos dessa situação é o que se pretende discutir neste trabalho.

2 INTRODUÇÃO

Para a compreensão do que envolve a condição das relações das mulheres na sociedade moderna, assim como para a compreensão do espaço da praça, proponho que nos aproximemos de uma das grandes expressões de sociabilidade dos sujeitos contemporâneos: o espaço urbano. Na tentativa de superação da noção cartesiana de espaço, dedico-me a refletir brevemente sobre os conteúdos sociais presentes no espaço urbano. Este, não apenas como palco, *locus* da reprodução social, mas também como produto e produtor dessas relações.

Se a cidade é obra humana, é também uma forma resultado das relações de troca entre os homens, tanto em sua face mais objetiva (troca de mercadorias), quanto na mais subjetiva (trocas de ideias, sentimentos, valores). Assim, diferentes modos de produção produzem diferentes espacialidades necessárias à sua reprodução. Para além disso, como aponta Lefebvre (*A produção do espaço*), o próprio discurso ideológico necessita de seu respectivo espacial, por exemplo a relação entre a religião católica e o espaço da igreja.

A partir da Segunda Guerra mundial, com o advento do fordismo, o espaço produtivo da fábrica ecoa para as mais diversas estruturas de organização social. O controle e gerência do tempo das atividades cotidianas dos trabalhadores fora do espaço da fábrica passam a compor a estratégia de acumulação de mais valia.

O que havia de especial em Ford era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que sua produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle social e de gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade. (HARVEY, 2004, p.121)

No modo de produção capitalista, o avanço das forças produtivas, como através do maquinário, faz com que o capital dispense a mão de obra. A teoria marxista aponta que esta dispensa do trabalhador, que é efetivamente o produtor de mais-valia, resulta na *queda tendencial da taxa de lucro*. Quando os agentes do capital buscam outras maneiras de se reproduzir incorporam o tempo do não-trabalho na lógica da reprodução. Assim, podemos pensar que a indústria do lazer e do entretenimento são uma expressão deste processo. Outra, é o triunfo do capital financeiro que, na prática, se torna o imperativo da concepção do espaço urbano.

Posto os ritmos e expectativas sobre o corpo dentro do espaço da fábrica, a temática do “tempo do não trabalho”, tantas vezes referenciado como “tempo livre”

instala um debate de fundamental importância para a compreensão do corpo no espaço: este tempo seria o da libertação ou da liberação? O primeiro termo aponta para o exercício desalienado dos diversos usos possíveis do tempo, enquanto o segundo é uma expressão do engano: diante da centralidade do trabalho nesta sociedade, é o tempo das frustrações, possível de ser cooptado pelo consumo cultural que passa a mediá-lo.

O que é de fundamental importância ser destacado a essa altura é que o tempo fora da fábrica, ou seja, o tempo que não é efetivamente de produção social, é onde a sociedade se reproduz. O termo “reprodução social” se refere principalmente às tarefas fora do espaço de trabalho, majoritariamente dentro dos lares, àquelas necessárias a sobrevivência dos conviventes, ainda que dependa de uma série de tarefas que devem ser executadas fora do âmbito doméstico.

Se o “trabalho reprodutivo” é uma acepção que apresenta mais explicitamente o processo de valorização do capital, o trabalho produtor de mais-valia, o “trabalho reprodutivo” diz respeito ao valor de uso, à reprodução dos bens sociais para a vida. Neste trabalho pretendo me aproximar de alguns aspectos de pertinência à categoria das trabalhadoras domésticas remuneradas no Brasil, categoria essa que parece justapor aspectos tanto do trabalho produtivo, quanto do trabalho reprodutivo no Brasil.

3 A MULHER NA PERSPECTIVA DE CLASSE

3.1 A (RE)INSERÇÃO PERIFÉRICA DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA

Como ponto de partida, proponho que nos aproximemos da condição dos corpos femininos no enredo da exploração do trabalho. Os olhares sobre a figura feminina e, sobretudo, a autopercepção da individualidade das mulheres, foram e são influenciados por uma moralidade (re)afirmada no processo de modernização. As pressões sobre a categoria *sexo feminino* fez com que as mulheres vivessem sua condição de classe de forma diferente da dos homens.

Ao refletirmos brevemente sobre a relação dos sujeitos com o tempo de trabalho fora das sociedades modernizadas, observamos que essa relação se pautava principalmente na relação com a natureza: o tempo das colheitas, das estações do ano, das luas e etc. Na medida em que a burguesia promove a centralidade do trabalho na organização social, sustenta o tempo da produção econômica como transformador da sociedade, e vem à tona a ideia de que é o trabalho que modifica as condições históricas. Para possibilitar a formação do trabalho produtor de mais-valia, o tempo dessa relação deixa de ser cíclico para dar lugar ao tempo linear, movido pelo progresso.

O controle social sobre os corpos e a intersubjetividade se reformularam baseados nesta perspectiva histórica. A *percepção* da mudança histórica e a capacidade de ação sobre ela é um elemento fundamental que compõe esta nova subjetividade. Na perspectiva do corpo, isso não se trata apenas da alteração de alguns traços que compõe a sociedade, mas representa a própria mudança do mundo como tal.

Guy Debord (2001), no capítulo *O tempo e a História de A Sociedade do espetáculo*, trata da construção da percepção de mudança histórica. Para o autor,

a história que até então aparecera como movimento apenas dos indivíduos da classe dominante é agora o movimento geral [...] Pela primeira vez o trabalhador, na base da sociedade, não é materialmente estranho a história, porque é por sua base que a sociedade se move irreversivelmente (DEBORD, 2001, p. 36).

Com a transformação da percepção do lugar do trabalhador no enredo geral da história e, conseqüentemente, com as rédeas do futuro em suas mãos, o comprometimento dos sujeitos com o trabalho produtivo se exalta. Diante de uma

sociedade em que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social; em que a produção e distribuição não caminham juntas, ou seja, situação em que o trabalhador não terá um acesso justo aos bens que produz, esse deslocamento revela uma espécie de inclusão perversa do trabalhador como sujeito da história.

Uma consideração importante é que este tempo irreversível da produção, tempo que passa a correr em linha reta com o fim do tempo cíclico, na prática, é o que tende a eliminar socialmente o tempo vivido. Sobre esse ponto, cito um trecho do *Manifesto contra o trabalho* do Grupo alemão Krisis que em crítica ácida à sociedade do trabalho, revela:

O tempo deixa de ser tempo vivido e vivenciado; torna-se simples matéria-prima que precisa ser otimizada: “tempo é dinheiro”. Cada segundo é calculado, cada ida ao banheiro torna-se um transtorno, cada conversa é um crime contra o fim autonomizado da produção. Onde se trabalha apenas pode ser gasto energia abstrata. A vida se realiza em outro lugar, ou não se realiza, porque o ritmo do tempo do trabalho reina sobre tudo. As crianças já são dominadas pelo relógio para terem algum dia “capacidade de eficiência”. As férias também só servem para a reprodução da “força de trabalho”. E mesmo na hora da refeição, na festa e no amor o ponteiro dos segundos toca no fundo da cabeça.” (KRISIS-GRUPPE, 2009, p.23)

Heleieth Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, discute amplamente as condições que o sistema patrimonial-patriarcal apresenta para as mulheres e, sobretudo, como isso determina suas condições de sociabilidade. A partir daí, é possível pensarmos em como esse processo se apresentou de maneira diferenciada para essa determinada categoria.

Sobre o tema, Engels (2006, p, 80), em “A origem da família, da propriedade privada e do estado”, assevera que “*o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.*”

Saffioti (2013) aponta que no estagio imediatamente anterior à Revolução Agrícola e Industrial, a principal unidade produtiva era a família. Neste contexto as mulheres casadas eram integradas nas atividades econômicas muitas vezes com os mesmos direitos e privilégios do marido, compartilhando com ele a vida social. Não se tratava de uma “independência financeira” - que aliás é uma noção individualista que surge com o capitalismo, mas de uma inserção menos periférica das atividades

econômicas das mulheres. Conforme as forças produtivas foram se desenvolvendo, “as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa” (SAFFIOTI, 2013, p.64).

Está assumido aqui que a força de trabalho masculina e feminina são, nas mais diversas organizações sociais, empregadas de modo diferenciados, o que configura a divisão por gênero do trabalho. Porém, é com a transformação para o modo de produção capitalista que a determinação de gênero assume uma utilização social discriminadora e estratificadora.

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela [a mulher] contraria uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013, pp. 64,65)

A esta altura, vale elucidar um ponto: a crítica à inserção periférica das mulheres no sistema produtivo capitalista não seria a luta pelo direito de ser explorado? Ou seja, como aponta o *Manifesto contra o trabalho*, a introdução da mulher no mundo do trabalho não poderia trazer libertação, mas apenas a mesma submissão dos homens ao “ídolo trabalho”?

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética da *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social na qual se inserem. (SAFFIOTI, 2013, p. 60)

Nessa perspectiva, não se trata de promover a libertação feminina através puramente do ato de trabalhar (e se submeter à espoliação que ele engendra), mas de reaver, ao lado dos homens, o protagonismo histórico para a superação das contradições na sociedade de classes.

a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode trabalhar, em grande escala, em escala social, da produção; e

quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante (ENGELS, 2006, p. 82)

Ao nos debruçarmos sobre os mecanismos necessários à reprodução do modo de produção capitalista, constata-se que é um fenômeno histórico que, apesar das múltiplas diferenças, tem uma constância que é não absorver todo o contingente populacional em atividades diretamente produtivas e/ou remuneradas. Isso significa dizer que é um sistema que carrega em si a característica de não se efetivar para todos da mesma forma, parte da população necessariamente deve estar desligada do processo produtivo direto, mesmo que não esteja desassociada aos processos de acumulação.

Sendo assim, a partir desse entendimento, procuramos lidar com a ideia de que está em conformidade com o funcionamento do sistema produtor de mercadorias a própria representação pejorativa da categoria sexo feminino. Na medida em que essa ideia subsidia a desigualdade entre homens e mulheres nas condições de venda de mão de obra, se constitui como um mecanismo necessário ao funcionamento desse modo de produção.

Sendo assim, esses fatores ditos de “ordem natural”, portanto certas particularidades, aliviam a tensão que se estabelece desviando o problema da estrutura de classe. No nível da aparência, não é a estrutura de classe que limita as potencialidades dos indivíduos, mas certas categorias que são desprovidas de determinadas capacidades (SAFFIOTI, 2013, p.50).

Os preconceitos, aparentemente retardadores da implantação da ordem capitalista, funcionam, no fundo, como fatores auxiliares ponderáveis da conservação dessa mesma ordem. É limitando, através do uso cuidadoso das imagens estereotipadas, o grau e a extensão da integração de certas categorias sociais no sistema de produção de bens e serviços, que este se resguarda de possíveis rupturas de equilíbrio, mantendo suportáveis as tensões que gera. (SAFFIOTI, 2013, pp. 88,89)

Outra aproximação possível para refletirmos, é o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho produtivo. No começo do século XX no Brasil, as mulheres compunham massivamente a classe trabalhadora. Dentro das fábricas, especialmente do ramo têxtil, muitas mulheres iam se deslocando da esfera privada para a vida pública.

Contemporaneamente a esse processo, a imposição da modernização se atrelou aos valores da moralidade burguesa. A adesão simbólica do modelo imaginário de família promoveu no novo operariado e em seu universo de sociabilidade múltiplas transformações. Uma face desse processo se apresenta no modelo de feminilidade: a mulher deve se realizar através dos êxitos dos filhos e do marido. Ela não tem valor moral, político ou intelectual.

A preservação da mulher branca operária contra a imoralidade do processo de trabalho, hipertrofiou o espaço masculino na produção e valorizou a força de trabalho dos homens. Importante destacar que não se trata de uma ausência de força de trabalho feminina empregada no processo produtivo, mas de um silenciamento e desvalorização dessa categoria trabalhadora.

Margareth Rago analisa a incorporação dessas representações na legislação trabalhista e no discurso operário e aponta:

quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas do trabalho (RAGO, 1958, p.63).

A esta altura vale uma diferenciação importante: o recorte racial que diferencia a história das mulheres brancas, da história das mulheres negras. Sobre o tema, aponta Angela Davis (2016, p. 220):

Como consequência direta de seu trabalho fora de casa – tanto como mulheres “livres” quanto como escravas –, as mulheres negras nunca tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas. Elas escaparam, em grande medida, ao dano psicológico que o capitalismo industrial impôs às donas de casa brancas de classe média, cujas supostas virtudes eram a fraqueza feminina e a submissão de esposa. As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver.

Ainda assim, a mulher em seu recorte de gênero – convergente com a visão proposta por Rago - entendida como não combativa, deve ser protegida e liderada, de acordo com os parâmetros da dominação masculina. Essa representação, quando se torna discurso e fato social, torna-se socialmente concreta e não apenas uma aparência. A figura da “mulher recatada” a esconde *efetivamente* dentro das

muralhas do espaço privado patriarcal. Neste caso, a representação substituiu o representado.

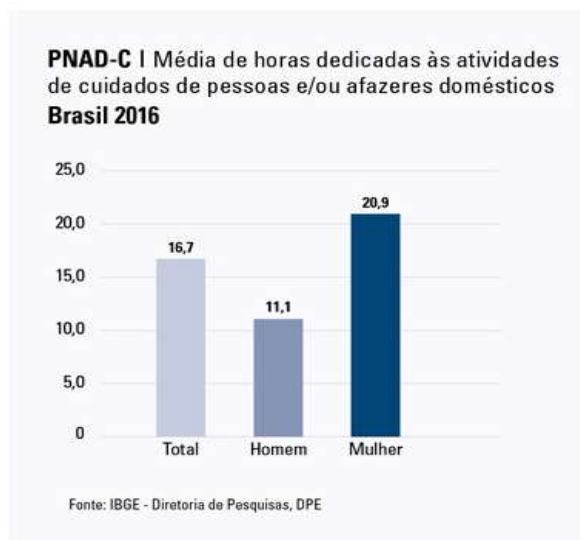
A representação, como produto do processo social está referida à problemática da dominação e da exploração. Os dominantes, através da representação, podem, *sem mentir*, passar uma imagem que perpetua a dominação (LUTFI; SOCHACZWESKI; JAHNEL, 1996, p. 96).

3.2 A DELEGAÇÃO DO TRABALHO REPRODUTIVO

A esta altura deve-se encarar o termo “divisão sexual do trabalho”, e pensar não apenas de que maneiras os homens e as mulheres se distribuem no mercado de trabalho, quanto em como se dá a divisão de tarefas no âmbito doméstico.

[A divisão sexual do trabalho] tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Para um retrato mais concreto da situação na realidade brasileira, apresento alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através da PNAD Contínua - módulo Outras formas de trabalho



Os dados apresentados indicam que mesmo as mulheres ocupadas, ou seja, que estão em algum emprego fora do próprio lar, trabalham mais tempo do que os homens nas atividades domésticas. Quando consideramos a soma das horas

dedicadas as atividades dentro e fora de casa, as mulheres trabalham praticamente o dobro do tempo em relação aos homens .

Sobre o tema, Helena Hirata e Daniele Kergorat (2007) propõem uma reflexão interessante:

[o trabalho doméstico] quase não é mais estudado; mais precisamente, ao invés de se utilizar esse conceito para questionar a sociedade salarial, fala-se em termos como “dupla jornada”, “acumulo” ou “conciliação de tarefas” como se fosse apenas apêndice do trabalho assalariado (p. 600)

O desafio proposto é que essa crítica possa se realizar na medida em que ultrapasse as meras constatações.

Uma consequência da não divisão sexual das atividades de reprodução social é que na medida em que as mulheres saem de suas casas para trabalhar fora do lar, outras mulheres cumprem as funções domésticas dentro de suas casas. Ou seja, as funções do lar continuam sobre os ombros femininos. Observemos que no Brasil 96% dos empregos nos lares (IBGE PNAD C 2016) são preenchidos por mão de obra feminina, e a maioria dos homens empregados no trabalho doméstico não exercem o mesmo tipo de trabalho que as mulheres, são motoristas, copeiros. Ou seja, cargos que, além de ter *status* mais valorizados, são melhores remunerados.

Assim, é através da delegação do trabalho doméstico a terceiros – ou melhor, a terceiras – que se permite que o trabalho doméstico continue sendo encargo feminino (ou seja, sem a alteração do papel masculino) e ao mesmo tempo permite que certas mulheres tenham maior flexibilidade para a dedicação às instituições que trabalham, algo que a aproxima da igualdade com os homens nestes termos.

observa-se o aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção não desprezível das mulheres ativas. Assista-se também ao aparecimento, pela primeira vez na história, de uma camada de mulheres cujo interesse diretos (não mediados como antes pelos homens, pais, esposo, amantes) opõe-se frontalmente aos interesses daquelas que foram atingidas pela generalização do tempo parcial, pelos empregos em serviços muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente, e de maneira mais geral, pela precariedade (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 601)

Isso significa dizer que na medida em que o trabalho doméstico é estigmatizado nas sociedades mercantis, as mulheres que passam a realizar sua

vida em outros âmbitos profissionais, fora das paredes dos seus lares, podem recorrer a reserva de mulheres dispostas a trabalhar em situações precárias.

Mas essa pacificação das relações sociais nos casais e nas empresas não ajuda nem um pouco na luta pela igualdade. Ao contrário ela tem uma função regressiva a esse respeito, pois funciona no nível do mascaramento e da negação. Ao mesmo tempo, as relações de classe são exacerbadas numericamente, pela maior quantidade de indivíduos, homens e mulheres engajados neste tipo de relação, concretamente, pelo contato físico – por meio do trabalho doméstico – entre mulheres em situação precária (do ponto de vista econômico e/ou legal) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 602).

Ao pensarmos na situação brasileira, há algumas observações: Estima-se que a cada seis mulheres trabalhadoras no Brasil, uma é doméstica. Em situações de crise econômica o número de trabalhadoras domésticas cresce, em tempos mais tranquilos, reduz-se. Esse dado é uma evidência de que o aumento desse tipo de trabalho é resultado da precarização e não da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

A discussão das relações de gênero e classe a esta altura se tornam indissociáveis das relações de raça. A precarização do trabalho doméstico se configura através da gênese desse tipo de mercado de trabalho, ou seja, na sua herança escravocrata. Estima-se que a ausência de política pública para o trabalho escravo para o trabalho livre manteve grande parte das mulheres trabalhando para a mesma família.

Angela Davis, no livro *Gênero, Classe e Raça* (2016) no capítulo “o significado da emancipação para as mulheres negras” nos aproxima dos desdobramentos da abolição formal da escravatura para essa população no campo, no cárcere e dentro das casas:

A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. [...] Mais de dois terços das mulheres negras de sua cidade foram forçados a encontrar empregos como cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras, vendedoras ambulantes ou zeladoras e se viram em condições “tão ruins, se não piores, do que as do período da escravidão (DAVIS, 2016, p. 99)

Com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas. Por isso, os salários pagos às trabalhadoras domésticas brancas sempre foram fixados

pelo critério racista usado para calcular a remuneração das serviçais negras. As imigrantes que eram obrigadas a aceitar o emprego doméstico ganhavam pouco mais do que suas companheiras negras. Em relação às possibilidades salariais, elas estavam, de longe, muito mais próximas de suas irmãs negras do que de seus irmãos brancos que trabalhavam para sobreviver. Se as mulheres brancas nunca recorreram ao trabalho doméstico, a menos que tivessem certeza de não encontrar algo melhor, as mulheres negras estiveram aprisionadas a essas ocupações até o advento da Segunda Guerra Mundial. Mesmo nos anos 1940, nas esquinas de Nova York e de outras grandes cidades, existiam mercados – versões modernas das praças de leilões de escravos – em que as mulheres brancas eram convidadas a escolher entre a multidão de mulheres negras que procuravam emprego. (DAVIS, 2016, pp. 101, 102)

É dessa origem histórica, decorrente dos seus processos simbólicos classistas e racistas, que podemos apontar a banalização do servilismo no Brasil, e seus casos de ostentação da subalternidade. Por outro lado, a pessoalização do trabalho doméstico mascara a sua profissionalização, o quê o ajuda a, tantas vezes, ter mais características servis do que profissionais.

O que vemos é que o pertencimento às certas categorias sociais carrega um acúmulo de condições históricas de dominação, que as enfraqueceram do ponto de vista da reivindicação social. Essa perpetuação da dominação citada tem diversas faces. Na tabela a seguir, poderemos nos debruçar brevemente sobre os dados que revelam a relação entre as categorias e remuneração no Brasil.

Gráfico 1 – Média da renda familiar *per capita* por raça/cor e gênero no Brasil entre 2011 e 2015 (em reais)



O que podemos aferir dos dados apresentados é que há uma diferença na renda media familiar *per capita* dos homens sobre as mulheres. Observamos que os homens negros são piores remunerados, mesmo em relação às mulheres brancas. O gráfico chama atenção pelo recorte racial: tanto os homens quanto as mulheres negras estão em desvantagem na renda, o que indica que eles ocupam os cargos subalternos e recebem os piores salários. Estes dados são reveladores de um país em que, sob a falácia da igualdade racial, explora de maneira diferenciada outra categoria: a população negra.

Destaco que não se trata de hierarquizar as formas de opressão, mas verificar um padrão de desigualdade para podermos encarar os desafios da equidade.

Essas categorias se tornam mais passíveis de exploração no universo do trabalho e a violência institucionalizada reverbera de outras formas sobre seus corpos: os altos índices tanto de feminicídio, quanto o genocídio negro são a face mais escancarada desse processo.

3.3 OS LIMITES DA LEGALIDADE JURÍDICA E A PEC DAS DOMÉSTICAS

No cotidiano fragmentado realiza-se abstratamente a sociedade com e pela identidade que lhe empresta o Estado, pelo alto. (SEABRA, 1996, p.80)

A aprovação da Emenda Constitucional nº 72 , popularizada como a PEC das Domésticas dispõe sobre o pagamento de horas extra, FGTS, adicional noturno e multa por demissão. A lei nº 12964/14, representa uma regulação tardia, necessária pela desvalorização e precarização que se constitui historicamente para a ocupação. Histórico esse que permeou o trabalho doméstico remunerado de situações em que a desigualdade e exploração assumiram diversas formas e fronteiras, movimento que converge tanto com as lutas pelos direitos, quanto com o objetivo de controle e gerência das relações sócias por parte do estado.

Há uma tentativa clara e necessária de, através da afirmação do direito dessas trabalhadoras, garantir uma igualdade na sua venda de mão de obra, fato que nesse contexto social é de suma importância para a garantia do mínimo de dignidade e reconhecimento na sua jornada cotidiana.

Para aprofundar a reflexão sobre a situação dos direitos e legalidades trabalhista dessas mulheres, vale pensar nos significados da legalidade jurídica, que se baseia em um movimento abstrato que pretende equalizar o que é desigual.

O Estado cumpre a função social de “sentenciar a equivalência”, é o mediador que converte a existência das abstrações em fatos concretos. Assim se torna objeto, ou seja, possível ser apreendido pela realidade concreta, se torna condição material para a produção e reprodução social.

Para fundar uma comunidade política que se baseia em relações contratuais, como é dessa sociedade contemporânea, há que se simular uma identidade única e homogênea. Se faz necessária uma simbologia, um “mundo de signos” para que o sentimento de pertencimento a um povo, uma nação se sedimente.

Para tanto se estabeleceram regras comportamentais de caráter moral e religioso. As diferenças tendem a ser ignoradas para a exaltação do que é comum ao povo, afinal, “quem é civilizado o é”, sem hesitações. Configura-se um movimento abstrato que equivale o que não é equivalente, ou seja, é a equivalência do que é desigual. Esse é um movimento de dimensão tão fundamental que subsidia o expansionismo dos estados colonizadores, na medida em que se enxergam enquanto civilizados e tentam impor sua homogenização a outras culturas. Além disso, é possível pensar neste movimento como a realização social da lógica abstrata da mercadoria, ou seja, o ato da troca equivale o que não é equivalente.

Os fundamentos da justiça legalista subsidiam uma concretude, subsidiam a formalidade que tenta unir Estado e sociedade civil. Se a humanidade chegou ao ponto de ser necessária a declaração dos direitos humanos como garantia da imposição da modernização, existe uma contradição fundamental entre Estado e Sociedade Civil. Sobre o tema, aponta Foucault:

Eu acho que o grande fantasma é a ideia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades. Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre os corpos dos indivíduos. (FOUCAULT, 1998, p.52)

Jorge Grespan em *A dialética do Averso* (2003) faz uma aproximação deste debate através do pensamento de Friedrich Hegel e Karl Marx. Está expresso no pensamento de Hegel, a sociedade civil enquanto carências individuais que exigem a ação do estado para conciliar as pendências privadas e a unidade política. Já para Marx, unidade do Estado só se dá no plano jurídico, é enfático que as diferenças são irreduzíveis às unidades conciliadoras. A superação da contradição vem da atividade prática.

Podemos pensar que se a sociedade fosse justa, portanto, as leis que almejam a equidade nem sequer existiriam. Está no cerne da legislação a tentativa de regulação de situações nas quais existe conflito de interesses. A legalidade burguesa, sob a forma do direito, tem origem iluminista-burguesa e direção clara. Como aponta o Professor Heinz Dieter Heidemman:

no centro da declaração dos “Direitos humanos”, está a liberdade dos sujeitos do mercado, a garantia da propriedade privada e a segurança policial das transações. Em outras palavras; “ser humano” neste sentido, não designa mais do que produtor de mercadoria e ganhador de dinheiro, os “direitos” elementares da sua existência (HEIDEMMAN, pp. 31,32)

Neste sentido, a PEC das domésticas tem múltiplos desdobramentos já que se refere a esse trabalho com tamanha carga de simbolismos e construções históricas que constituem o estrato social como apontado na primeira parte deste texto. A realidade justapõe alguma dignificação do trabalho, a diminuição de famílias com esse tipo de serviço e, ainda, seu crescimento via informalidade.

4 O TRABALHO DOMESTICO VAI ÀS RUAS

4.1 SOB O OLHAR DO OUTRO: A VIDA NO ESPAÇO PÚBLICO

De maneira ora mais, ora menos direta, forças do estado e do mercado agem para que os consumidores se adéquem a determinados padrões de consumo. A produção material da sociedade que se baseia no modo de produção capitalista é massiva e conta com uma estratégia de escoamento para que os consumidores adquiram também ideias e valores que lhe são vendidos. Ou seja, o consumo não é apenas material. A categorização e estereotipação pressionam a relação entre os corpos na contemporaneidade.

O mesmo ocorre com o espaço. O modelo padronizado de estruturas para o consumo se explicita e o símbolo aparente da cidade modernizada gera monotonia: shopping centers, hipermercados e condomínios fechados, grandes vias de fluxos de automóveis. É nestes espaços que os corpos transitam e é nestes espaços que ocorre a prática explícita da valorização do espaço privado sobre a vida pública. As pessoas se enclausuraram. Essa lógica, estruturada também sob o discurso do medo, fez com que grande parte da população urbana tendesse a permanecer dentro de paredes higienizadas. Neste movimento, a vida social se empobreceu e foi pressionada para se tornar vida privada, transformando as formas de interação dos corpos na cidade.

Nessa sociedade muito dos espaços de convívio são espaços de consumo. No entanto, esse consumo, ainda que pretenda suprir algumas necessidades dos meios de vida (como comer, beber e dormir), é insuficiente para a plena realização da vida, que escapa à mera reprodução da força de trabalho. É assim, é nesse escape, que os espaços de resistência insistem em permanecer promovendo o uso como desfrute, permitindo a expressão de relações que fogem a lógica do modo de produção capitalista.

Afinal, como as relações se estabelecem e se desdobram entre os corpos nos espaços da cidade?

O homem privado se vê encarregado de assegurar essa divisão social imediata, anterior ao ato de justiça, que é tarefa de toda polícia. [...] é ele que tem por tarefa julgar os limites da ordem e da desordem, da liberdade e do escândalo, da moral e da imoralidade" (FOUCAULT, 1998, p. 84)

Os espaços públicos e seus olhares que ora se atravessam, ora se conectam constituem o jogo entre o isolamento e pertencimentos de seus usuários e transeuntes.

Entre os sujeitos civis há uma ética mediadora nas relações em diferentes formas de organização social, e os encontros nas cidades são marcados por esses contratos. *“Não existe corpo fora de suas relações com outros corpos, o exercício de poderes e contrapoderes é um aspecto constitutivo central da vida social”* (HARVEY, 2004 b, p. 113).

A riqueza da cultura urbana se fundamenta nas trocas que só são possíveis diante da reciprocidade. Como nos aponta Jane Jacobs, a rua viva tem usuários e espectadores que muitas vezes se comportam como vigilantes da rua. Essas pessoas deixam as ruas mais seguras. Diante de uma situação de anormalidade que aparenta perigosa, os olhares atentos podem mudar o rumo dos fatos¹.

Essa temática se relaciona com o discurso explícito do triunfo dos espaços privados sobre o espaço público. É possível refletirmos brevemente sobre a prática das classes médias urbanas que tendem a se refugiar em condomínios fechados e distribuir suas ações cotidianas sempre tendo em vista o não encontro com o que não lhe convém. Muitos dos que aderiram e ainda aderem a esta prática o fazem sob o discurso dos perigos da vida nas grandes cidades. A pseudosolução para os problemas presentes sociais é o isolamento.

Reconhecer a potência do espaço público, expositor de rupturas e opressões, enquanto lugar de sociabilidade e fonte de repertório para a transformação social, chama atenção quando para muitas mulheres a rua é sinônimo de ameaça. Na vida cotidiana da mulher, a rua é o grande palco de expressão do repertório de práticas violentas sobre seu corpo. Essa situação é mais uma evidência de que a igualdade jurídica entre homens e mulheres se opõe as atitudes que limitam seus direitos de liberdade e mobilidade.

¹ Interessante que esse mesmo olhar que se manifesta diante da anormalidade, em cidades pequenas são o terror de quem se desvia minimamente da conduta esperada. Isso se agrava em espaços que a moralidade e até uma homogeneidade do pensamento se manifesta nas relações e práticas sociais. Em cidades pequenas corre-se o risco de sair dos olhos e entrar na “boca do povo”. Neste sentido, pode-se apontar a liberdade oferecida pelas grandes cidades.

4.2 A SOCIABILIDADE NA PRAÇA

A socialização dos corpos através das identidades e funções exercidas no enredo da cotidianidade se apresenta nos espaços da cidade. Podemos pensar, por exemplo, no contingente de grupos de trabalhadores que enchem juntos restaurantes pela cidade ou refeitórios nos seus espaços de trabalho. As pessoas se sociabilizam através do seu local de trabalho, com outros trabalhadores, pertencentes às mesmas categorias.

Para a grande maioria das mulheres empregadas no trabalho doméstico, há uma carência de espaços de sociabilidade no exercício cotidiano de suas funções. Por vezes o que mais a aproxima de uma relação com outras pessoas, tanto com a cidade é no trajeto. O transporte na metrópole paulistana, para além de escassez de serviços que torna os transportes lotados, há linhas com trechos em bairros mais nobre que se encarregam de carregar quase que exclusivamente as trabalhadoras domésticas. Neste caso, tanto os pontos quanto os próprios ônibus podem se tornar lugares de encontro e troca entre as trabalhadoras. Ainda assim, podemos pensar que a marginalização das trabalhadoras domésticas, significa em sua prática cotidiana a marginalização dessas mulheres enquanto ser social.

Há um caso específico de trabalhadora doméstica que merece uma reflexão mais aprofundada nesse sentido, já que seu trabalho acaba fugindo a este padrão. A estrutura e prática das famílias na sociedade contemporânea assume que raramente a criação das crianças é realizada exclusivamente pelos pais. Para este tipo de cuidado há tantos espaços mais institucionalizados (creches, escolas e espaços informais de educação), quanto apoio no espaço privado de reprodução da vida (apoio de familiares, vizinhos, amigos).

Outra alternativa é o estabelecimento de relações econômicas e trabalhistas entre uma cuidadora, a babá, e família de quem é cuidado. Normalmente no cotidiano da ocupação dessas trabalhadoras, o trabalho envolve uma relação muito próxima com as crianças, relação que as vezes toma a dimensão mais íntima.

Não só as babás guardam lembranças afetuosas de suas relações com algumas crianças (singulares para cada babá) das quais cuidaram. Vários adultos ainda hoje se comovem ao se lembrarem carinhosamente “daquela babá”. A nostalgia nos é familiar. Mas o que torna interessante a citação acima é menos a confirmação desse sentimento nostálgico, e mais o fato de que para um estrangeiro esse

sentimento possa soar “cínico”. É nesse estranhamento, nessa ambiguidade, a meu ver, que está uma maneira bem particular a nós — brasileiros — de nos relacionarmos socialmente. Não quero dizer com isso que outras sociedades não portem suas maneiras particulares de relacionamento entre diferentes segmentos sociais. Mas, quando essas relações entre segmentos sociais distintos são vivenciadas na intimidade de uma família, de uma casa, assumem para nós um significado diferenciado, repleto de ambivalências. O cinismo pode até estar presente (como em qualquer outra relação), porém não é a marca dessas relações (SILVEIRA, 2015).

Escapando à mediação dos fatores históricos que estigmatizam a ocupação das trabalhadoras domésticas remuneradas, a vida imediata (sem mediação) persiste na relação entre o cuidador e de quem é cuidado. Quais os limites entre afeto, intimidade e desigualdade nessa relação? Como eles aparecem? Nessa escala, não se trata de romantizar tal relação mas encará-la em sua complexidade. Ao revelar a escala do corpo e da cotidianidade, recolocamos às questões que se constroem em diferentes escalas, no nível do lugar, perceptível na paisagem.

Em São Paulo, uma praça famosa por ser frequentada por babás e crianças é a Praça Buenos Aires, no bairro de Higienópolis, na qual pude fazer algumas observações de campo. Durante a pesquisa – principalmente bibliográfica – me deparei com outras praças que também comportam essas características em bairros nobres de outras capitais do Brasil.

IMAGEM 1 : Cena capturada em praça da Zona Sul do Rio de Janeiro



FONTE: imagem extraída do curta Babás de Consuelo Lins

Tantas vezes, o exercício do trabalho de cuidado envolve uma dimensão emocional afetiva impossível de ser desassociada da relação entre a cuidadora e de quem é cuidado. Neste sentido, atividade autêntica e genuína que envolve essa relação interpessoal exige uma leitura mais complexa do que ser apenas apontada enquanto corrompida pela remuneração.

Esse caso é um indício de que há um jogo entre o que pressiona o corpo para se entregar totalmente às estratégias de acumulação e o corpo que persiste – que se expressa nos espaços da metrópole – e é nessa contradição que a vida se realiza.

O espaço tem a dupla qualidade de produto social e condicionante das relações sociais, portanto é também na maneira que nos envolvemos e relacionamos cotidianamente que se encontra a potencialidade de uma sociedade de valores mais favoráveis à vida coletiva.

Ao pensarmos nessas trabalhadoras nas praças, vemos que as regras de comportamento e conduta que pautam a vida na esfera pública, não deixa de reconhecer situações do que seria a esfera privada. Aparecem situações inerentes à vida em sociedade, mesmo que a sociedade referida negue e castre os corpos.

Muitas vezes a praça é o lugar em que as babás estão menos submetidas às regras da família que a contratou, situação coroada pela presença coletiva dessas trabalhadoras.

‘está pensando que isso aqui [a praça] é para eles [as crianças]? Isso aqui é para nós. Se a gente não vem pra cá, ficamos doidas. Isso aqui é o nosso lazer’ (SAMPAIO, 2012)

Observamos que o espaço das praças que adquirem esse uso possibilita a essas cuidadoras desde trocar experiências mais banais cotidianas até comparar suas condições de trabalho. Ou seja, é a possibilidade do fortalecimento de uma categoria que tem uma ocupação que tende a escondê-la dentro das paredes do espaço privado.

De vez em quando vem uma (babá) do interior pra ganhar R\$ 600, a gente pega ela num canto e diz: 'Vem cá, minha filha, não seja boba, não vai desvalorizar o salário da gente'. E arruma um emprego para ela ganhar o triplo disso", diz Eliana Ferreira, 24, que cuida de uma criança de 2 anos (SAMPAIO, 2012).

Como previamente abordado nesse trabalho, essas trabalhadoras domésticas remuneradas têm o seu poder de reivindicação, organização e luta coletiva extremamente reduzidos. Portanto verifica-se uma potência nessa troca cotidiana rara no dia-a-dia dessas mulheres.

IMAGEM 2 : Trabalhadoras e crianças na praça Buenos Aires em São Paulo



Fonte: BBC BRASIL

IMAGEM 3 : Trabalhadoras e crianças na praça da Liberdade em Belo Horizonte



Fonte: BBC BRASIL

Outro ponto importante a ser acrescentado nesta altura da reflexão é que há um significado interessante em um conjunto de mulheres, se enxergando através de uma igualdade, compartilhando o cuidado com as crianças. São mulheres compartilhando suas alegrias e magoas da vida cotidiana, ao mesmo tempo que incentivam as crianças a se socializarem.

Ainda que eles ali não sejam os filhos delas, ainda que os filhos delas estejam naquele momento sendo educados por outras pessoas e/ou instituições. Ainda que a mãe daquelas crianças não estejam ali. É uma situação na qual parece ocorrer uma forma de resgate de um tipo de criação mais comunal escassa nos tempos contemporâneos. Parece surgir uma dupla dimensão: a do trabalho e do lazer.

4.3 O FEMININO COMO POSSÍVEL

Este trabalho não pretende compreender quais as características ontológicas do que se identifica enquanto “características femininas” (o que seria assumi-las ou naturalizá-las), ou quais características são provenientes da formação e situação histórica do feminino. O importante aqui é que o que corpo das mulheres traz de espontâneo, de diferente da simbologia da figura masculina historicamente construída, “*do homem de trabalho, criador de cultura, racional e com domínio de si*” (KRISIS-GRUPPE, 2009, p. 22) o que carrega em termos de potencialidade de oposição às opressões.

A facticidade masculina – convenções, normas, valores – se vê ameaçada pelo que a mulher traz de espontaneidade: o desejo, o corpo, a maternidade. A luta do feminino, como particularidade, para se estabelecer como diferença está em curso. Essa conquista permitirá em algum grau maior fruição, maior uso da sua condição de mulher. A maternidade sem culpa talvez seja um nível dessa conquista. (SEABRA, 1996, p.75)

Henri Lefebvre faz um estudo da diferença (em oposição ao individualismo neoliberal) a partir da relação entre as particularidades, deste confronto nasce a *diferença*. A priori, a forma masculino e feminino tomada isoladamente é apenas uma forma vazia. No confronto entre as particularidades, expondo suas relações contraditórias, a forma ganha conteúdo. “*Portanto, as diferenças que, transformadas em qualidades, resistem à captura dos poderes identitários e homogeneizantes são o irredutível*” (FUMMAGALLI; NASSER, 1996, p.32) .

a divisão sexual masculino - feminino em princípio não especifica mais do que uma particularidade do gênero humano, no entanto o feminino como particularidade luta para se estabelecer como diferença. Se na sua luta ele não consegue essa afirmação, não chegando a ser reconhecido socialmente por relações recíprocas e amplas, permanece como particularidade [...].

A luta das mulheres ao se estabelecer, ganhando visibilidade, ameaça a imagem masculina do mundo, jogo secular de opressões que, divinizando o feminino, o reduz. (FUMMAGALLI; NASSER, 1996, p. 75)

A força da organização, a luta das mulheres, se opõe imposição da “ordem” vigente, na medida em que é embate contra a lógica opressora da equivalência, essa que se vale tanto o Estado, quanto o valor de troca da forma mercadoria.

Assim, vale pensar que as categorias particulares, tornadas *possível*, carrega a potência de questionar a manutenção da ordem na sociedade estratificada. As categorias são transistóricas, a sociedade de classes não.

Não se trata de eliminar as representações, mas de alguma maneira disputá-las: *“a teoria deve expor o poder de representação no mundo contemporâneo, deslindar os mecanismos de sua produção e permanência, e ao fazê-lo anunciar um pensamento novo e ativo em marcha* (LUTFI; SOCHACZWESKI; JAHNEL, 1996, p. 96).

5 CONSIDERAÇÕES PARA O DESFECHO

“O grau de emancipação da mulher será correspondente à medida natural do grau de emancipação geral”

Engels (2004)

Como foi exposto nesse trabalho, a incorporação da força de trabalho feminina no processo produtivo, alterou também a organização das mulheres em relação ao trabalho reprodutivo, e como as suas trajetórias são diferentes quando enxergamos através dos recortes de classe, gênero e raça.

O pano de fundo é ideia de que as qualidades para o trabalho doméstico de uma maneira geral, são majoritariamente atribuídas às mulheres como se elas fossem “natas” e aperfeiçoadas no âmbito de seus próprios lares. Ideia essa que se opõe às qualidades que os homens adquiriram em suas vidas no espaço público.

Mas, as máscaras racionalistas não escondem as contradições sociais cotidianamente no enredo da exploração do trabalho. Como a imposição da modernização se associou ao processo de emergência das relações urbanas e capitalistas, o processo de modernização carrega também consigo uma espécie de resistência social, associada à vida urbana.

Odette Seabra, em *A insurreição do uso*, destaca que a racionalidade alterou a forma de uso do tempo e, conseqüentemente alterou os costumes. A oposição valor de uso-valor de troca não é apenas teórica, mas se tornou prática e conflituosa. Tanto o corpo, quanto o espaço revelam o momento essencial da luta social: o conflito entre propriedade (troca) e apropriação (uso). Neste sentido é possível enxergar os encontros cotidianos das babás nas praças como espaços que insurgem expondo situações que escapam a lógica da produção e reprodução social, já que justapõe as duas lógicas, são sua intersecção.

As atitudes opressivas contra os corpos e vidas se naturalizam através dos discursos e se realizam através da exploração. Portanto, cabe tanto aos homens quanto às mulheres que almejam uma sociedade mais justa, que se oponham à perpetuação das desigualdades de gênero no universo simbólico, nas ações e nos espaços das cidades. Assim, o ponto no qual este trabalho pretende se encerrar é também um ponto de partida.

REFERÊNCIAS

- BENSAÏD, Daniel. *Os Irredutíveis: Teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad: 2001.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016
- DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- DOLCE, Julia. PEC DAS Domésticas completa 5 anos; direitos não são fiscalizados. *Brasil de fato*. 3 de abril, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/03/pec-das-domesticas-completa-5-anos-direitos-nao-sao-fiscalizados/>>. Acesso em 8 mai, 2018.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- GRESPLAN, Jorge. *Dialética Do Averso*. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, 2002
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.
- _____. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.
- HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu, Rio de Janeiro, n. 17/18, p. 139-156, 2001/2002.
- HIRATA, Helena, KERGOAT, Daniele. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de pesquisa. v. 37, n 132, p.595 – 609, set/dez. 2007.
- KRISIS-GRUPPE. *Manifesto contra o trabalho*. Tradução de Heinz Dieter Heidemann e Cláudio Roberto Duarte. São Paulo: Editora Humana. 2009.
- LEÃO, Natália; CANDIDO, Maricia R.; CAMPOS, Luiz A.; Feres Jr, João. *Relatório das desigualdades de raça, gênero e classe*. Grupos de estudos interdisciplinares de Ação Afirmativa (GEMAA). Ano 2017 / n. 1 / p. 1.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. *A sociedade burocrática do consumo dirigido*. In: *A vida cotidiano no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

- LINS, Consuelo. *Babás*. 2010. DVCam. 20m. Disponível em : <www.portacurtas.com.br>. Acesso em: 6 jun. 2018.
- LUTFI, Eulina P.; SOCHACZWESKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa C. A Opressão da equivalência, as diferenças. In: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MUYLAERT, Anna. *Que horas ela volta?*. 2015. PANDORA filmes. 114m.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1980-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 3 ed.
- SEABRA, Odette C. L. Insurreição do uso. Em: MAARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Territórios do uso: cotidiano e modo de vida*. Cidades, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2011.
- SAMPAIO, Paulo. Na caça as babás, mães de SP usam Psicóloga head hunter e facebook. **G1**. 02 maio, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/05/>>. Acesso em 6 junho, 2018.
- SILVEIRA, Liane. “*Eu sou os olhos dela*”: As babás nas imagens, na praça ou uma etnografia do olhar. *Sociologia, problemas e práticas*, 2015. n. 77.
- SIMONI-SANTOS, César. O espaço da metrópole, o tempo dos velhos e a alienação urbana. *Revista Mais 60 – Estudos sobre o envelhecimento*. Abril de 2016,n.64 v.27.
- SPERLE, Dayanne. *Uma manhã com as babás da Praça da Liberdade*. 27 nov, 2015. Disponível em: <<https://medium.com/labcon-ufmg/uma-manh%C3%A3-com-as-bab%C3%A1s-da-pra%C3%A7a-da-liberdade-fbb432e74d58>>.
- Trabalho doméstico aumenta via informalidade, diz pesquisador do IBGE. *Estadão Conteúdo*. 31 jul, 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/07/31/internas_economia,976928/trabalho-domestico-aumenta-via-informalidade-diz-pesquisador-do-ibge.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2018.